

“E AS DIRETAS, VIRÃO EM 1984?”

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27.12.1983

Esta foi a pergunta que ouvi com mais frequência neste final de ano de 1983. A pergunta é sempre feita com um misto de esperança e descrença. Esperança porque, embora todos saibam que as eleições diretas não são a panacéia para os problemas deste país, são a condição necessária para duas aspirações dominantes na sociedade brasileira: restabelecer definitivamente a democracia no país e dotá-lo de um governo com legitimidade política.

Até há aproximadamente um ano as eleições diretas não eram viáveis no Brasil pela simples razão que as classes dominantes não as apoiavam nem elas interessavam ao PDS.

As classes dominantes não apoiavam eleições diretas porque tinham medo do “golpe eleitoral”, ou seja, da eleição de um candidato populista não representativo da sociedade civil mas com apoio popular. Entretanto, o que se percebeu durante o ano de 1983 foi uma mudança razoavelmente clara de posição política da alta burguesia e das classes médias burguesas e tecnoburocráticas que, em conjunto, constituem a classe dominante brasileira com relação às eleições diretas. Perdeu-se o medo das eleições diretas. Por dois motivos: porque se percebeu que os riscos do golpe eleitoral haviam diminuído no Brasil e porque se verificou que o risco de continuar com um governo ilegítimo eleito pelo colégio eleitoral era muito mais grave para as próprias classes dominantes.

A percepção de que os riscos de um golpe eleitoral diminuíram derivou da verificação objetiva de que há uma nítida hegemonia ideológica burguesa no Brasil. Ou seja, os valores burgueses da democracia liberal e do capitalismo são decididamente dominantes. Em consequência, os possíveis candidatos em eleições diretas Aureliano e Beltrão pelo PDS, Ulisses, Montoro e Tancredo pelo PMDB e mesmo Brizola pelo PDT não são temíveis. Este último não é temível porque, para se ajustar à hegemonia ideológica

burguesa, reduziu fortemente suas arestas de esquerda, e porque vem perdendo força eleitoral.

Por outro lado, a verificação de que o Brasil precisa mais do que nunca de um governo com legitimidade política derivou da total incapacidade do atual governo de sequer encaminhar a solução de nossos problemas econômicos, exatamente no momento em que o Brasil enfrenta a mais grave crise econômica de sua história industrial. Se um governo autoritário não tem poder porque perdeu legitimidade junto à sociedade civil não resta outra alternativa senão buscar um governo democrático.

Entretanto, há dois obstáculos às eleições diretas: na própria classe dominante e no PDS.

A classe dominante, embora tenha perdido o medo das eleições diretas, continua suficientemente autoritária e conservadora para acreditar que, se puder, por via indireta, colocar na presidência um candidato que tenha seu total apoio como é o caso de Tancredo e Aureliano, essa via será mais interessante porque mais segura. O discurso “democrático” das classes dominantes revela aí toda a sua debilidade. E as próprias classes revelam uma enorme miopia. Não percebem que já passou o tempo que para um presidente poder governar bastava seu próprio apoio.

Já no PDS o problema é de simples oportunismo político generalizado. Entretanto do ponto de vista dos interesses particularistas do PDS a opção por eleições indiretas não é tranqüila: porque o presidente, que representa o sistema militar, não tem poder para escolher seu sucessor, e porque, uma vez escolhido um candidato qualquer pela convenção do PDS, não há qualquer garantia de que o colégio eleitoral o escolherá, dada a probabilidade de uma cisão interna - especialmente se Paulo Maluf for o escolhido.

Por todas essas razões as eleições diretas continuam a ser uma possibilidade concreta. Em certos momentos, porém, nações perdem oportunidades históricas embora elas sejam claras para quase todos. Isto poderá acontecer no Brasil em 1984 e será uma tragédia nacional.(27/12)